

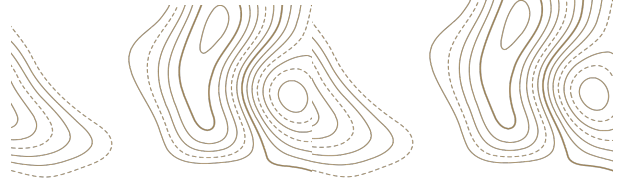
Carta do seminário de Povos e Comunidades Contra a Violência no Campo

Entre os dias 20 e 23 de agosto de 2024 foi realizado no **Centro Cultural de Brasília** o **Seminário de Povos e Comunidades Contra a Violência no Campo**, com 76 participantes vindos e vindas de todos os estados da Federação, sendo representantes de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais Quilombolas, Ribeirinhas/Pesqueiras, Vazanteiras, Geraizeiras, Quebradeiras de Coco Babaçu, de Fundo e Fecho de Pasto, Apanhadoras de flores sempre-viva, Guardiões das sementes e Agricultores e Agricultoras Familiares em geral. O seminário foi fruto de um esforço coletivo da **Campanha Contra a Violência no Campo e Articulação das Pastorais do Campo**.

Com o lema: *Somos terra, somos água, somos vida!* o seminário teve como objetivo, articular um conjunto de povos e comunidades, movimentos e organizações sociais populares para enfrentar e dar visibilidade às situações de violência e impunidade nos territórios; debater e apresentar linhas de ação para o enfrentamento da violência no campo. O encontro contou com a participação dos povos do campo, das águas e das florestas que compartilharam as suas memórias, cantos, clamores, revoltas e gritos em defesa da vida, acendeu em nós a solidariedade pelo exemplo da luta de Mãe Bernadete, Edivaldo Pereira e Fernando dos Santos que foram assassinados por defender seus territórios, sua liberdades e pela situação de violência permanente contra os povos Avá Guarani e Guarani Kaiowá nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

A atual conjuntura do país está marcada pela persistência e o acirramento da violência contra os povos e comunidades em seus territórios. O avanço do agronegócio, da mineração e de grandes projetos energéticos, bem como da especulação imobiliária, a caça e pesca ilegal, o tráfico, as madeireiras e o garimpo configuram, dentre outros, as principais frentes de violência contra os povos e comunidades. Permanecem e se acentuam no cotidiano dos territórios as ameaças, invasões, intimidações, criminalização e assassinatos de lideranças, enquanto o modelo hegemônico de exploração dos bens naturais nos conduz a um colapso ambiental evidenciado em todas as partes do país. As forças econômicas controlam espaços fundamentais do Estado que, rendido à lógica do capital, não avança na garantia dos direitos e na regularização dos territórios e se mostra inerte e ineficiente no enfrentamento da violência e na proteção das comunidades, alimentando a certeza da impunidade.

Na tarde do dia 22, como parte da programação do seminário, foi realizada audiência com a Secretaria Geral do Governo, Comissão de Enfrentamento à Violência no Campo, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério das Mulheres e Ministério da Justiça. Como forma de dar visibilidade, denunciar e cobrar do governo posicionamento favorável às pautas e reivindicações apresentadas.



Até quando? Até quando vai persistir a violência e a destruição de nossos territórios? Até quando vamos continuar enterrando pessoas assassinadas por defender seus direitos? Até quando toda esta impunidade?

Os povos e comunidades tradicionais, pastorais, movimentos sociais e populares, denunciam a violência e reafirmam a defesa da vida, dos territórios e de um país plural, justo e solidário. Reiteram seu compromisso em continuar enfrentando, de forma articulada e coletiva, a violência e firmando seus projetos de vida nos territórios que lhes pertencem. Exigem ao Estado brasileiro que assuma suas responsabilidades e obrigações na garantia dos direitos fundamentais e conclamam a toda a sociedade brasileira para agir, todos juntos e em mutirão, pelo fim da violência e da impunidade, pela defesa da vida e da justiça.

Brasília, 23 de agosto de 2024